



PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Espírito Santo do Pinhal (SP)

ABRIL/2025

Nome: Fundação Pinhalense de Ensino (Mantenedora)

Faculdade Regional de Espírito Santo do Pinhal (UniPinhal) (Mantida)

Caracterização da IES: Instituição privada sem fins lucrativos

Faculdade Regional de Espírito Santo do Pinhal (UniPinhal) - 1230

Município: Espírito Santo do Pinhal – SP

Composição da CPA

Prof. Dr. André Luis Paradela - Coordenador

Prof. Me. Jéssu Aparecido Alves de Oliveira - Representante dos Coordenadores

Profa. Me. Camilla Maria P. Pilla Teixeira - Representante do Corpo Docente

Prof. M.Sc. Euzébio Beli - Representante do Corpo Docente

Carmen Lúcia Scanapieco Monici - Representante UniPinhal/FPE

Ronaldo Doniseti de Stephano - Representante UniPinhal/FPE

Luciana Oliveira Ribeiro - Representante do Corpo Técnico-Administrativo

Susy Bruscato Bovoloni - Representante do Corpo Técnico-Administrativo

Larissa da Silva Feitosa - Representante do Corpo Discente

Wellington dos Reis Brunório - Representante da Sociedade Civil

Ato de designação da CPA

- PORTARIA/REITORIA/UNIPINHAL Nº 03 de 02/04/2025, que dispõe sobre a indicação do Coordenador e membros da CPA.

SUMÁRIO

Apresentação.....	04
Histórico de implantação e desenvolvimento da Instituição.....	06
Histórico da Avaliação Institucional na UNIPINHAL.....	11
Concepção da Avaliação Institucional.....	12
Objetivo Geral e Específicos da Autoavaliação.....	19
Procedimentos Metodológicos para Ensino Presencial e EaD.....	20
Cronograma de Atividades.....	23
Fluxograma de Trabalho da CPA	24
Referências Consultadas.....	25
Anexos.....	31

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Apresentação

A proposição central deste Projeto de Autoavaliação é orientar o processo de Avaliação Institucional da Faculdade Regional de Espírito Santo do Pinhal (UniPinhal), em conformidade com a concepção, os princípios e as dimensões estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Trata-se de uma proposta cujo eixo integrador consiste na busca permanente de referências visando o aprimoramento institucional a partir dos princípios fundamentais do SINAES¹, visando:

- responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- reconhecimento da diversidade do sistema;
- respeito à identidade, à missão e à história da instituição;
- globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
- continuidade do processo avaliativo.

À luz destes princípios, a proposta de avaliação institucional tem como foco a qualidade materializada na construção efetiva da cidadania como instrumento de um agir emancipatório, cuja dimensão política deve levar, necessariamente, a um projeto sociotransformador da realidade brasileira. Os pressupostos filosóficos que orientam este Projeto estão articulados com as dimensões do SINAES.

¹ Cf. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): Roteiro de Autoavaliação Institucional 2004, p. 7.

Todos os aspectos mencionados no documento supracitado evidenciam uma proposta de avaliação baseada em uma concepção orgânica, que implica uma avaliação global, ligada a um conjunto significativo de indicadores, tendo como finalidade uma orientação construtiva e formativa, dentro de uma concepção de continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional. Portanto, a avaliação é um momento privilegiado de interação no interior da IES e de oxigenação de seus membros, contemplando os fundamentos político-pedagógicos, ético-sociais e axiológico-culturais.

Este documento pretende ser um parâmetro de orientação das atividades da Comissão Própria de Avaliação (CPA) nas etapas de implementação, desenvolvimento e consolidação da autoavaliação da UNIPINHAL, oferecendo abertura a novas possibilidades articuladas a uma visão global da instituição. Seu objetivo é oferecer diretrizes para instaurar o processo autoavaliativo em todos os segmentos institucionais.

O Projeto focaliza ainda o histórico e a missão da UNIPINHAL, o histórico da avaliação na IES, a concepção de avaliação institucional, os objetivos e métodos, o cronograma de atividades e o referencial teórico, aspectos estes considerados norteadores do processo de autoavaliação.

Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição

A história da Fundação Pinhalense de Ensino como instituição superior de Educação começou com a organização do Instituto Pinhalense de Ensino na década de 1960 que, por sua vez, deu início à articulação do primeiro curso universitário para a cidade: o Curso de Direito. Devemos lembrar que na década de 60 do século XX abrir um curso universitário, sobretudo de Direito, em uma pequena cidade, como era, então, Espírito Santo do Pinhal, não foi uma tarefa fácil.

O processo foi elaborado e, no dia 13 de abril de 1966, o Plenário do Conselho Federal de Educação aprovava o Parecer de nº 111/66 do Conselheiro Dr. Josué Montello, para a criação da Faculdade de Direito de Pinhal, cuja autorização foi homologada pelo Decreto Federal de nº 59406, de 21 de outubro de 1966. O Concurso Vestibular realizou-se no mês de maio de 1966, ocorrendo a primeira aula em 06 de junho do mesmo ano.

A primeira turma da Faculdade de Direito foi composta por 123 acadêmicos e a aula Magna desta turma foi presidida, pelo então, reitor da Universidade de São Paulo, o professor Dr. Luiz Antônio Gama e Silva, acompanhado pelo ministro do Conselho Superior de Educação professor Raymundo Muniz de Aragão. A faculdade de Direito foi reconhecida pelo Decreto Federal de nº 68462, em 02 de abril de 1971.

Além do curso de Direito, funcionava também, a Faculdade de Agronomia e Zootecnia “Manoel Carlos Gonçalves”, criada pelo Decreto Federal de nº 63.687, de 26 de novembro de 1968, cujo parecer do C.F.E. é o de nº 718/68. Portanto, o segundo curso a ser implantado com a diversificação em Fitotecnia e Zootecnia, o curso de Agronomia desde sua criação até o final meados da década de 1990 foi um dos mais conceituados do Brasil e em termos do Estado de São Paulo classificava-se no ranking das universidades abaixo, somente, da Faculdade de Agronomia Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo.

A Fundação Pinhalense de Ensino buscando ampliar suas áreas de atividades e procurando atender às necessidades da região onde está instalada, entrou com o processo para criação da Faculdade de Administração. Assim, em 12 de janeiro de 1972, o Conselheiro Alberto Deodato relatou e o C.F.E. autorizou o funcionamento da Faculdade de Administração, terceiro curso superior instalado em Espírito Santo do Pinhal.

Nessa sequência de criação de cursos superiores foi implantada a Faculdade de Medicina Veterinária, autorizada a funcionar através do Parecer de nº 708/86 do C.F.E., cujo relator foi o Dr. Antônio Fagundes de Souza. Foi reconhecida pelo Parecer de nº 34/93, do ilustre Conselheiro Yugo Okida e teve competente homologação Ministerial, conforme Portaria de nº 564/93, de 07 de abril de 1993.

Inserida na lógica da expansão dos negócios em Educação Superior a direção da Fundação Pinhalense de Ensino criou, ainda, a Faculdade de Tecnologia em Processamento de Dados, autorizada a funcionar através do parecer do C.F.E., em 14 de março de 1988, relatado pelo Conselheiro Pe. Amaral Rosa e reconhecida no corrente ano pelo Parecer de nº 53/93, de autoria do ilustre Conselheiro Layrton Borges de Miranda Vieira, e pela Portaria Ministerial de nº 463/93, de 11 de março de 1993.

Em 1990, a Instituição solicitou junto C.F.E a autorização para transformação em Universidade, cujo processo tomou o nº 23001.000544/90-60. Em 1999, transformou-se no CREUPI – Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal, criando nos dois anos subseqüentes nove novos cursos e duas habilitações: Comunicação Social-Habilitação em Publicidade e Propaganda, Educação Física, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Farmácia, Fisioterapia, Letras, Turismo e Pedagogia. As habilitações de Marketing e Comércio Exterior para o curso de Administração que já existia. Nos anos de 2002 foram implantados mais dois cursos de graduação: Ciências Biológicas e Enfermagem e em 2003 foi implantado o curso de Engenharia de Computação.

No ano de 2004 a partir da possibilidade indicada pela LDBEN (1996) quanto a criação de cursos de curta duração, a instituição buscando um novo nicho de mercado começou o processo de implantação dos Cursos Seqüenciais de Formação Específica, ocorrendo a implantação de dois cursos em 2004 (Gestão de Comércio Exterior e Gestão da Produção Industrial e Operações), quatro em 2005 (Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Finanças Empresariais, Gestão de Suprimentos e Logística e Gestão de Agronegócios), um em 2006 (Gestão de Comércio e de Serviços) e um 2007 (Gestão de Marketing e Vendas). Ainda no sentido de ampliação da oferta de cursos e buscando a possibilidade da manutenção dos egressos dos cursos de graduação na instituição, foram criados os cursos de Pós-Graduação Lato-Sensu passaram a ser oferecidos: três cursos na área de Direito e um curso na área de Pedagogia.

A partir de abril de 2005 a denominação da Instituição mudou de CREUPI para UNIPINHAL conforme o Estatuto e Regimento Geral aprovados pelo MEC. Desde então, este Centro Universitário vem oferecendo os seguintes cursos de graduação: Administração, Biomedicina, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental, Engenharia de Computação, Engenharia Mecatrônica, Farmácia, Fisioterapia, Letras, Medicina Veterinária e Pedagogia. Há também a oferta do Curso de Gastronomia, de caráter tecnológico. Desde 2018, a UniPinhal oferece o curso de História, além de alguns cursos de especialização na área de Enfermagem e, desde 2022, o curso de Nutrição. No ano de 2023, foi iniciado o curso de pós-graduação em Viticultura e Enologia, de modalidade síncrona com aulas presenciais aos sábados. O curso já está com a segunda turma em andamento.

Acreditamos que é extremamente importante recuperar a historicidade da origem dos problemas estruturais e conjunturais pelos quais passa o Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal, pois, estes não são um caso isolado, na medida em que uma vasta bibliografia consultada sobre a realidade do Ensino Superior no Brasil já indicam que um modelo de universidade – empresa ganhou um enorme espaço nos anos 90, a partir da incorporação do modelo

neoliberal pelo Estado brasileiro que consequentemente alterou política pública de educação como uma forma de adaptá-la aos novos tempos, não é por acaso a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi em 1996.

Entretanto, a racionalidade básica da lei da oferta e procura – fundamento do princípio liberal aliada à má administração financeira contribuiu para que muitas instituições de Ensino Superior Privadas entrassem em dificuldades com captação de alunos e, por conseguinte, a partir dos primeiros anos do século XXI, começou a ocorrer uma grave retração na procura por vários cursos oferecidos pela instituição, sendo assim, no caso da Unipinhal, situações mais graves aliadas às primeiras citadas resultaram na intervenção do Ministério Público na instituição em julho de 2010.

Neste quadro, desde o mês de julho de 2010, momento em que se deu o início da Intervenção Judicial no Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal, até o início de 2012, três equipes assumiram a gestão da Fundação Pinhalense de Ensino e consequentemente do Centro Universitário: a primeira composta por docentes que há muito tempo atuavam na instituição, esse corpo administrativo, a saber, era composto por: Reitor, Pró-Reitor Acadêmico e Pró-Reitor Administrativo.

Durante o período que estiveram à frente da gestão procuraram equilibrar a administração da IES à nova situação de exceção resultado do processo de intervenção judicial, isso significou na prática pouca alteração acadêmica, a meta desse grupo se restringiu a buscar o fechamento do semestre letivo sem traumas para docentes, discentes e funcionários, além de procurar organizar um processo seletivo que pudesse reverter o quadro de evasão de alunos no qual se encontrava a IES.

No entanto, a primeira gestão do processo interventivo permaneceu à frente do Centro Universitário entre os meses de agosto de 2010 a janeiro de 2011, sendo substituída por uma equipe indicada pelo interventor judicial, o cargo de Reitor foi ocupado por um docente da instituição, foi suspenso o cargo de pró-reitor acadêmico e a pró-reitoria administrativa foi ocupada por um profissional

com pouca experiência em gestão acadêmica, o resultado foi problemático para o Centro Universitário, que entre janeiro de 2011 a janeiro de 2012 ficou acéfalo, os dois processos seletivos que ocorreram nesse período não preencheram as vagas oferecidas, sendo que no final do ano de 2012 o Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal com IGC 2 consecutivos perdeu sua autonomia por meio do decreto 237/2011. Em dezembro de 2013 recuperamos a autonomia de Centro Universitário após a revogação da Medida Cautelar 237/2011 (Despacho nº 231, de 27/12/2013, DOU 30/12/2013), diante de IGC satisfatório e posteriormente o arquivamento do processo de supervisão instaurado pelo Despacho nº 237/2011, publicado no DOU de 09/03/2015.

No ano de 2012, um novo Administrador Judicial, o Sr. João Antônio Lian, que foi nomeado pelo juiz de direito da Comarca de Espírito Santo do Pinhal Dr. Lucas Pereira Moraes Garcia em 30 de janeiro de 2012 com o apoio do Dr. Airton Graziolli curador das Fundações do Estado de São Paulo. O administrador desenvolve um trabalho voluntário e é assessorado por: um representante do corpo docente, um representante do corpo discente, um representante dos funcionários, um representante do Ministério Público, um representante do poder legislativo da cidade, um representante do poder executivo da cidade e o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Atualmente, o representante legal da Fundação Pinhalense de Ensino-UniPinhal é o Sr. João Batista Detore, Contador e Professor Universitário, nomeado em 04/09/2019 pela Juíza de Direito da Comarca de Espírito Santo do Pinhal, a quem deferiu o compromisso de bem e fiel a desempenhar o cargo de Administrador Judicial, assumindo assim todas as responsabilidades a ele inerentes, com absoluta fidelidade.

Em 2024, através da Portaria nº 998, publicada em 15/10/2024, a IES foi credenciada com alteração de organização acadêmica passando a Faculdade Regional de Espírito Santo do Pinhal (UniPinhal).

Histórico da Avaliação Institucional na UNIPINHAL

O processo de Avaliação Institucional da UNIPINHAL teve início em 2000, quando foi instaurada a primeira Comissão de Avaliação Institucional (CAI), de acordo com a Portaria nº 01/01/2000/DIR e Resolução CSA nº 4, de 02/01/2000, tendo como componentes os docentes Celso Leite Villela, José Aparecido Sartori e José Cezar Fernandes, encarregados de proceder e conduzir o processo de avaliação institucional interno.

O encaminhamento da proposta avaliativa, segundo relatórios elaborados pela primeira comissão, sofreu algumas dificuldades na sua implementação, como resistências, avanços e retrocessos, devido ao pouco envolvimento e participação da comunidade acadêmica.

Em 2001, a Comissão de Avaliação Institucional (CAI) foi reformulada e, a partir desta mudança, outros procedimentos metodológicos do processo avaliativo foram incorporados, ampliando o trabalho da comissão, que contou com novos integrantes, gerando o Programa de Avaliação Institucional, estabelecendo as diretrizes básicas para avaliação da IES.

Com os dados desta nova comissão, pode-se verificar que foram significativas as conquistas no campo da avaliação institucional. As resistências e o pouco envolvimento da comunidade acadêmica foram superados e uma nova mentalidade – assumindo a avaliação como um fator inerente a toda instituição humana – e, portanto, indispensável para o aprimoramento da qualidade da educação superior. Importante lembrar que este segundo momento teve o mérito de se criar uma cultura de avaliação envolvendo diferentes segmentos da IES e da comunidade local.

De acordo com o novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004, a antiga CAI passou a ser denominada Comissão Própria de Avaliação (CPA), contando com a coordenação e participação de novos integrantes da IES e da sociedade civil organizada. É importante salientar que o SINAES traz como concepção fundamental uma avaliação pautada pela dimensão pública da educação, ou seja,

uma educação de qualidade como condição *sine qua non* para o aprimoramento do conhecimento, da cultura e da democracia.

A última nomeação do coordenador da CPA, Prof. Dr. André Luís Paradela, consta da Portaria/Diretoria Geral/FPE/UNIPINHAL nº 03, de 02/04/2025, que dispõe sobre a indicação do Coordenador e demais membros da CPA.

Concepção de Avaliação Institucional

A avaliação é inerente à vida humana em todas as suas dimensões, desde situações simples envolvendo a vida pessoal até os aspectos mais complexos, que implicam nas relações sociais. A avaliação, sobretudo, faz parte do cotidiano e perpassa todo o universo educacional, em que as reuniões, as provas, os exames, a sala de aula, os princípios institucionais, as políticas, os projetos pedagógicos, a estrutura física, dentre outros, são permanentemente objetos da avaliação.

A concepção de Avaliação Institucional que orienta este projeto está em conformidade com os princípios e concepções do SINAES, que nasce da legalidade e da legitimidade de um processo de construção coletiva, envolvendo os diferentes setores responsáveis pela educação no país, visando assegurar o compromisso científico-cultural e a responsabilidade social. Portanto, a concepção subjacente a este projeto de autoavaliação ultrapassa amplamente as questões pontuais e busca uma visão de processo que compreende todas as dimensões da IES: organização institucional, recursos humanos e infraestrutura física.

Conforme ressalta Ristoff (1995, p. 40-41), “o princípio da globalidade expressa, primeiramente, a noção de que é necessário avaliarmos a instituição não só a partir de uma de suas atividades. O ensino, a pesquisa, a extensão, a administração, a qualidade das aulas, dos laboratórios, a titulação do corpo docente, a biblioteca, os registros escolares, as livrarias universitárias, os serviços, a organização do poder, o ambiente físico, o espírito e as tendências da

vida acadêmica, enfim, todos os elementos que compõem a vida universitária, devem fazer parte da avaliação para que ela seja a mais completa possível.”

Retomando a cultura de avaliação que vem sendo construída desde o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), o SINAES tem como objetivo normatizar a educação para o seu aprimoramento. Não é uma experiência estética nem um exercício masoquista, mas uma experiência que visa a responsabilidade das IES com relação à educação como bem público.

Esse é um momento ímpar em que se pretende escrever uma nova história da educação, ampliando o conceito de avaliação que evolui de uma simples prova para um conjunto de princípios que envolvem os órgãos institucionais, para a valorização dos aspectos qualitativos, assim como a institucionalização dos avaliadores, dentre outros.

A autoavaliação não é de importância restrita ao governo ou ao mercado de trabalho, devendo ser discutida com seriedade dentro de uma tensão natural que envolve todo o ato avaliativo. A autoavaliação deve ser parte diuturna na atividade acadêmica e administrativa, para que, em qualquer fase futura, possa ser analisada como marco histórico paradigmático. Neste processo, a construção de práticas sociais que requerem um processo de comunicação em todas as suas contradições é uma realidade, levando a mudanças significativas da educação, em que um sistema universitário conciso e coeso seja condição para o aperfeiçoamento da democracia e da cultura de um país. Quanto melhor a qualidade do ensino, mais condições existirão para a superação da tragédia da empregabilidade e da mobilidade social.

O ensino universitário como concessão pública, que tem como objetivo o conhecimento, deve exercer com responsabilidade pública a educação, oferecendo à sociedade instrumentos de transformação e mudanças.

A esse respeito, as obras do historiador Luiz Antonio Cunha² são esclarecedoras para compreender a origem e o desenvolvimento da educação superior no Brasil.

O processo de autoavaliação da UNIPINHAL baseia-se nos princípios básicos do SINAES, que nasce ancorado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que, no seu Artigo 9º, Inciso 6, explicita a responsabilidade da União em “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino”.

As etapas dos processos avaliativos em cada instituição têm sintonia com o documento Orientações Gerais (2004). A organização da autoavaliação comporta três etapas, como pode ser visualizado no Quadro 1.

Quadro 1: Etapas da organização da autoavaliação

ETAPA 1	ETAPA 2	ETAPA 3
Preparação ▪ Constituição da CPA ▪ Elaboração do projeto de autoavaliação ▪ Sensibilização	Desenvolvimento ▪ Ações ▪ Levantamento de dados e informações ▪ Análise dos dados e informações ▪ Relatórios Parciais	Consolidação ▪ Relatórios ▪ Divulgação ▪ Balanço Crítico

Neste contexto, a autonomia da CPA é condição para a instituição assumir plenamente sua função. Ela deve verificar e avaliar a missão e o projeto de

² Um estudo mais aprofundado da educação superior no Brasil pode ser encontrado nas obras de Luiz Antonio Cunha: *A Universidade Temporã*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1986; *A Universidade Crítica*. Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1983; *A Universidade Reformanda*. Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1988; e *Qual Universidade?* Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, nº 31, Editora Cortez, São Paulo, 1989.

desenvolvimento institucional proposto. Os princípios fundamentais que dão respaldo a este processo compreendem a responsabilidade social, o reconhecimento da adversidade, o respeito à identidade, a missão e a história da IES. Implica também na globalidade institucional e na utilização articulada de um conjunto significativo de indicadores, tendo como finalidade uma orientação construtiva e formativa, dentro de uma concepção de continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional. Portanto, a avaliação é um momento privilegiado de interação no interior da IES e de oxigenação de seus membros.

A proposta de autoavaliação da UNIPINHAL, sempre norteada nas linhas básicas do SINAES, é mais abrangente no que diz respeito à compreensão do conceito de avaliação, superando uma concepção objetivista e ampliando o campo da avaliação na perspectiva do desenvolvimento de uma cultura que compreende a totalidade da IES, ou seja, o comprometimento da comunidade acadêmica para as mudanças na qualidade da educação na relação com a comunidade local e regional em conexão com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Essas relações garantem e promovem um equilíbrio dinâmico das diferentes dimensões, assegurando o compromisso científico-cultural que impulsiona as mudanças sociais e contribui efetivamente para formação de cidadania, evidenciando o compromisso com a construção de uma nova sociedade.

Neste sentido, o objetivo da avaliação é promover a realização da autonomia do projeto institucional e garantir a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão no cumprimento de sua pertinência e de sua responsabilidade social. A avaliação não é só uma lei, mas um imperativo ético que envolve a participação da comunidade acadêmica, do setor governamental e da sociedade civil. A responsabilidade pela consolidação dessa proposta em relação à educação superior que é portadora de um valor científico e social é do setor público, que precisa assegurá-la como bem comum.

Essa concepção coloca a avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade pelo conhecimento, que envolve uma desafiadora complexidade, entendida aqui como um conjunto de mútuas interações e de complementaridade, com a finalidade de estabelecer alguns critérios mínimos de consenso em torno da educação superior.

A educação superior pode ser vista em dois níveis: o primeiro, como bem público – res-pública, interesse comum pela coisa pública, que cumpre uma função social, visando a cidadania, a democracia e o desenvolvimento humano; o segundo, como bem individual ligado à ideologia do sucesso, que cumpre uma função econômica e objetivista, visando o lucro, o mercado e a empresa. Feita essa distinção, fica evidente que o SINAES coloca ênfase na avaliação qualitativa, resgatando a dimensão política e cultural da educação e superando a obsessão pela avaliação quantitativa. Ou seja, todo o processo se passa na vida universitária, em que se promove valores e oferece visões de mundo, que comporta subjetividade, intuições e sentimentos.

A educação, sobretudo a superior, tem como fim a sociedade, o bem público, que se materializa na autonomia das pessoas, na cidadania pública, na solidariedade, valores que possibilitam a criação de um projeto de sociedade e identidade nacional, pela qual todos são responsáveis. Trabalhar seriamente a construção do conhecimento para que este seja pertinente à sociedade é o sentido basilar da educação. Essa utilidade social é a responsabilidade central da IES, buscando instaurar um “paradigma heurístico” que tem como centralidade o sujeito, função formativa, ética e política numa compreensão holística que valoriza o processo e envolve, conseqüentemente, a construção real da instituição, superando o “paradigma experimentalista” que tem como centralidade o objeto, a função burocrática, o controle e a classificação. Assim, o que se propõe é transformar o quantitativo em qualitativo, o produto em processo, criando possibilidades de melhoria e aprimoramento da IES. Portanto, cabe à avaliação produzir sentido, cooperação e solidariedade na articulação com o corpo social.

É preciso voltar a ver a educação como o mundo a vê. Sua função cultural e não sua função meramente técnica e mercadológica, porque a educação é o bem público de maior mobilidade social e de ganhos financeiros. A educação é a maior fonte de geração de oportunidades e um projeto de sociedade passa, necessariamente, por ela.

Diante dessas considerações, pode-se perceber que a nova proposta de avaliação enfatiza, como já mencionado anteriormente, a dimensão qualitativa no processo de avaliação, que deve levar em conta não só os dados objetivos, mas a subjetividade e a pertinência da instituição na sua localidade e região. Todas as ações da CPA, respeitando o perfil das IES, devem ter como finalidade fortalecer o alargamento da cultura, mediante a produção e disseminação do conhecimento. Este processo avaliativo consiste fundamentalmente em uma reflexão crítica sobre o próprio desempenho acadêmico, suas ações, relacionamentos e inserção social, consubstanciada na missão institucional, criando uma relação produtiva entre educação e sociedade. Portanto, a referência fundamental do processo é a qualidade da formação. Na perspectiva do SINAES, a missão de cada IES deve ser pensada em relação à sua destinação social, que consolide seu compromisso científico-cultural e sua responsabilidade social.

Neste contexto, o papel da CPA e da UNIPINHAL se constitui basicamente na condução dos processos internos de avaliação institucional, sistematizando as informações recolhidas, tratamento e interpretação de dados, sempre considerando a missão estabelecida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a produção de informações ao INEP, e, através dos dados, trabalhar com as melhorias.

Dias Sobrinho (1995, p. 63-70) aponta onze categorias fundamentais para a compreensão da avaliação institucional, a saber: Totalidade, Integração, Processo, Pedagogia, Orientação Formativa, Qualidade e Ênfase Qualitativa, Flexibilidade, Credibilidade, Comparabilidade, Institucionalidade e Permanência. Estes conceitos integram um processo único e permanente que orientam as

políticas e as práticas institucionais em uma abordagem coletiva, qualitativa e formativa.

Na mesma direção, Ristoff (1995, p. 41) aponta para o princípio da globalidade que “(...) guarda uma visão de que o valor que buscamos com a avaliação não pode ser absolutizado a partir de indicadores parciais, por melhor que seja a nossa metodologia, ou por concepções interpretativas que enrijeçam perspectivas”.

Dias Sobrinho (2003, p. 41-42) acrescenta ainda que: “a avaliação educativa tem uma lógica diferente da classificação, da comparação competitiva entre realidades distintas, bem como do controle que visa a conformidade e a conservação. É muito mais que um retrato momentâneo de parte de uma realidade fixa. Ultrapassa largamente a simples medida e verificação. A avaliação educativa requer a construção coletiva de um pensamento sobre a filosofia educativa, em que emergem os questionamentos a respeito dos sentidos éticos, políticos, filosóficos, ou seja, profundamente humanos, que a instituição em seu conjunto está produzindo em suas ações sociais e educativas. A lógica da avaliação educativa é distinta da lógica do mero controle: não simplesmente quantificar as proporções de uma aprendizagem obtida, medir a eficiência e produtividade de um curso, classificar (...), mas focar a questão dos sentidos que se vão construindo nessa comunidade de aprendizagem, de valores e de comunicação, enfim, nessa teia de relações pessoais e intersubjetivas. Mais que resultados obtidos pelos alunos ou por uma instituição, o objeto em foco passa a ser prioritariamente as relações socioeducativas, isto é, as relações intersubjetivas concretas, as representações, as estruturas, em função da formação do estudante.”

Nestas asserções pode-se visualizar a possibilidade de uma intervenção crítica a partir do processo de autoavaliação cuja finalidade é a qualificação acadêmica e científica bem como a relevância social da IES em sua responsabilidade de pensar a realidade e oferecer alternativas de mudança.

Objetivo geral

Realizar a autoavaliação na Faculdade Regional de Espírito Santo do Pinhal em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), nas modalidades presencial, remota e ensino a distância (EaD).

Objetivos específicos

- 1- Avaliar o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da UNIPINHAL;
- 2- Sensibilizar a comunidade da UNIPINHAL para o processo de autoavaliação, desenvolvendo um espaço permanente de debate que envolva todos os segmentos;
- 3- Aplicar metodologias de coleta, análise e interpretação dos dados da autoavaliação institucional, que possam contribuir para o planejamento das ações na UNIPINHAL e impulsionar as mudanças;
- 4- Organizar e disponibilizar as informações para a comunidade universitária e externa;
- 5- Identificar as fragilidades e pontos fortes da UNIPINHAL, bem como causas e consequências;
- 5- Oferecer informações para subsidiar o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- 6- Consolidar o processo de autoavaliação na UNIPINHAL como instrumento de melhoria contínua da qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

Procedimentos Metodológicos para Ensino Presencial, aulas remotas e EaD

Para cumprir os objetivos propostos neste projeto de autoavaliação, estabelece-se a seguinte sistemática:

1- Sensibilização da comunidade acadêmica através de palestras, reuniões, materiais de divulgação impresso e no site da UniPinhal, com todos os segmentos para que se estabeleça um diálogo e sejam percebidas as insatisfações e expectativas de cada segmento;

2- Levantamento de dados: refere-se à identificação das fontes institucionais de dados referentes às dimensões a serem avaliadas e consolidação de dados; elaboração de instrumentos para a coleta de dados e informações e aplicação dos instrumentos de coleta.

3- Divulgação de resultados à comunidade acadêmica e à sociedade: Refere-se ao fechamento do ciclo avaliativo com a socialização dos resultados obtidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, verificando a relevância social, acadêmica e cultural da instituição no seu contexto globalizado.

Coleta de dados

Para atender a coleta de dados são utilizados questionários como mecanismo principal, aliados à análise documental, a fim de aprofundar a compreensão dos dados obtidos. Dessa forma, a coleta é realizada em duas etapas, a saber:

1ª Etapa

Análise documental: estudo, análise e interpretação dos documentos institucionais, entre eles Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, Estatuto, Regimento, Plano de Carreira, Programa de Capacitação Docente, projetos pedagógicos, plano de acessibilidade, ações de responsabilidade social e meio ambiente dentre outros.

2ª Etapa

Questionários: Utilizam-se questionários orientados à coleta de opinião da comunidade universitária presencial quanto ao Ensino Aprendizagem para conhecer a opinião dos alunos (Anexo 1) e dos professores (Anexo 2) e, também, para assuntos inerentes aos cursos, infraestrutura, atendimento e questões relativas à Reitoria. O Anexo 3 é o instrumento utilizado para avaliar o corpo técnico-administrativo e demais funcionários da IES e o Anexo 4 foi elaborado como proposta da CPA para EaD, a ser utilizado quando a UniPinhal oferecer essa modalidade de ensino.

Processo de Coleta de Dados

Para operacionalização da pesquisa e sua sistematização na Instituição a coleta de dados da Avaliação do Ensino-Aprendizagem é feita uma vez por semestre, ou seja, duas vezes ao ano, e a Avaliação da Infraestrutura, Ensino-Aprendizagem, atendimento e questões relativas à Reitoria são realizadas anualmente.

A coleta de dados é feita por sistema informatizado desenvolvido pelo CTI (Centro Tecnologia da Informação) e liberada à comunidade acadêmica através do sistema acadêmico (SEI). Os questionários elaborados pela CPA são disponibilizados por meio de um link específico que permite aos participantes manterem seu anonimato. Os dados são armazenados num banco de dados contendo resultados e relatórios parciais disponíveis para toda a comunidade acadêmica. O acompanhamento do número de participantes é realizado pela CPA

por meio de contador, além de ser disponibilizado aos coordenadores de curso. A avaliação destinada aos técnicos e demais funcionários também foi informatizada e, com a colaboração do CTI, os funcionários utilizam-se dos computadores para responder os questionários.

Análise dos dados

Uma vez coletados, os dados são analisados de forma quantitativa e qualitativa, pois o fator influencia na valoração de diversos componentes. Nesse processo, ocorre o cruzamento das informações e a emissão de juízo avaliativo sobre os múltiplos aspectos institucionais.

Apropriação de Resultados e Plano de Ação

A apropriação dos resultados é feita com base nos dados coletados, dos quais serão elaborados relatórios para permitir à IES tomar conhecimento dos desafios evidenciados, o que possibilitará o contínuo processo de aperfeiçoamento acadêmico. Os resultados são encaminhados aos responsáveis pelos setores e aos representantes envolvidos no processo, de forma a promover discussões que resultarão na melhoria contínua com a qual a IES está comprometida.

Esses resultados têm a finalidade de priorizar as ações a curto, médio e longo prazo. Deste modo, estabelecer etapas para alcançar as metas para o futuro. O Encerramento do ciclo de avaliação ocorre com a análise dos resultados das avaliações os quais sugerem revisão de ações e redirecionamento das estratégias de atuação da IES. Servem ainda como ferramenta para o planejamento e gestão institucional, como instrumento de acompanhamento do desempenho acadêmico.

Os relatórios gerados servem para que a IES identifique os pontos fortes e os desafios a serem enfrentados, envolvendo-se num processo de reflexão sobre as causas das situações positivas e negativas, assumindo assim a direção efetiva de sua gestão política, acadêmica. Os resultados, portanto, também servem de

base para revisar o planejamento das ações da IES, bem como os projetos pedagógicos dos cursos.

Cronograma de Atividades

A seguir apresenta-se um cronograma das atividades propostas pela CPA para o ano de 2025 com o escopo de sensibilizar, validar e consolidar o processo de autoavaliação institucional em uma perspectiva ampla:

Cronograma de Atividades – 2025

Metas	2021									
	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Sensibilização da Comunidade Acadêmica (presencial, remota e EaD)			x				x	x		
Coleta de dados (presencial, remota e EaD)				x					x	
Análise e interpretação dos dados						x				
Discussão dos dados e elaboração de relatórios	x									
Divulgação dos Resultados		x								
Balanço crítico e revisão		x								
Implantação e acompanhamento das ações	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Envio do Relatório de Autoavaliação da CPA ao MEC	x									

Fluxograma de trabalho da CPA

Abaixo apresenta-se o fluxograma geral de trabalho da CPA.

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
		Envio de relatório para MEC				Férias					
						Férias					
Interpretação dos resultados da avaliação e redação do relatório						Férias					
Avaliação Institucional docentes, discentes e coordenadores (modalidades presencial, remota e EaD)						Férias	Avaliação Institucional docentes, discentes e coordenadores (modalidades presencial, remota e EaD)				
						Férias					
Cursos de treinamento/capacitação profissional Elaboração de notícias para alimentar o site						Férias	Cursos de treinamento/capacitação profissional Elaboração de notícias para alimentar o site				
						Férias					
Reuniões mensais com os membros da CPA						Férias	Reuniões mensais com os membros da CPA				
						Férias					
Fornecimento das informações para o censo – sistema e-MEC						Férias	Fornecimento das informações para o censo – sistema e-MEC				
						Férias					
			Elaboração de trabalho/baner para publicação em Revista Científica			Férias					
						Férias					
			Postagem do material da avaliação e atualização do link CPA na internet			Férias					
						Férias					
Execução do plano de ação em função dos resultados da avaliação/Arquivamento das ações executadas/arquivamento notas fiscais						Férias	Execução do plano de ação em função dos resultados da avaliação/Arquivamento das ações executadas/arquivamento notas fiscais				
						Férias					
Recebimento das Comissões de Avaliadores in loco						Férias	Recebimento das Comissões de Avaliadores in loco				

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

- ABRAMOWICZ, M. *Avaliando a avaliação da aprendizagem: um novo olhar*, São Paulo: Lúmen, 1996.
- ABRECHT, R. *A Avaliação Formativa*. Portugal, ASA, 1994.
- AFONSO, A. *Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação*, São Paulo: Cortez, 2000.
- AFONSO, A. Globalização e Políticas de Avaliação Educacional. *Anais do Congresso Internacional sobre Avaliação Institucional*. Curitiba, jul. 2003. p. 26-28.
- ALMEIDA, M. L. P. *Como Elaborar Monografias*. Belém: CEJUP, 1996.
- ANGELI, R. S. *Avaliação Institucional da Universidade Brasileira: esboço Histórico de uma trajetória*. Dissertação de Mestrado em Educação. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba. 1999.
- BARBOSA, V. *O Pensamento Católico e a Universidade*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação na área do Ensino Superior da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1999.
- BARRETO, Elba S. de Sá. *Avaliação da Educação Básica (1990 – 1998)*, Brasília: INEP, 2001. (Série Estado do Conhecimento, n. 4).
- BECKMANN, N. *Como Fazer uma Monografia*. São Paulo: Atlas, 1999.
- BELLONI, I. *Última Chance para o Conservadorismo no MEC?* In: Estudos & Debates, Brasília, n. 13, p. 165 – 170, Jan.1987.
- BELLONI, I. A Função Social da Avaliação Institucional. *Avaliação – Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*. Campinas, v. 3, n. 4, dez. 1998.
- BELLONI, I. A Função Social da Avaliação Institucional. In: DIAS SOBRINHO, J. ; RISTOFF, D. (Orgs.) *Universidade Desconstruída: avaliação institucional e resistência*. Florianópolis: Insular, 2000.
- BELLONI, I.; MAGALHÃES, H. ;SOUSA, L. C. *Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 2001.

- BORBA, A.M. ; FERRI, C. Avaliação: contexto e perspectivas. In: CAPPELLETTI, I *Avaliação Educacional: fundamentos e práticas*. São Paulo: Articulação Universidade/Escola, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996.
- BUARQUE, C. *A Aventura da Universidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CAPPELLETTI, I. F. (Org.). *Avaliação Educacional: fundamentos e práticas*. São Paulo: Articulação Universidade/Escola, 1999.
- CAPPELLETTI, I. F. (Org.). *Avaliação de Políticas e Práticas Educacionais*. São Paulo: Articulação Universidade/Escola, 2002.
- CATANI, A.; DOURADO, L.; OLIVEIRA, J. (Org.) *Políticas e Gestão da Educação Superior – Transformações recentes e Debates atuais*, São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003.
- CHAUÍ, M. ; CARDOSO, S. Revitalizar a Universidade Pública. *Teoria e Debate*, São Paulo, mar./abr. 2004.
- COELHO, I. M. Avaliação Institucional na Universidade Pública. In: DIAS SOBRINHO, J. ; RISTOFF, D. (Orgs.) *Universidade Desconstruída: avaliação institucional e resistência*. Florianópolis: Insular, 2000.
- COSTA, S. F. *Método Científico: os caminhos da investigação*. São Paulo: Harbra, 2001.
- CUNHA, L. A. *Universidade Temporã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- CUNHA, L. A. *Universidade Crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- CUNHA, L. A. *A Universidade Reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- CUNHA, L. A. *Qual Universidade?* São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 31).
- DEMO, P. *Avaliação sob o Olhar Propedêutico*. São Paulo: Papirus, 1996.
- ESTEBAN, M. T. (Org.). *Escola, Currículo e Avaliação*. São Paulo: Cortez, 2003.
- ESTRELA, A. ; NÓVOA, A. (Org.). *Avaliação em Educação: novas perspectivas*. Portugal, Porto Editora. 1999.
- ESTRELA, A. ; RODRIGUES, P. *Para uma Fundamentação da Avaliação em Educação*. Portugal: Colibri, 1995. (Coleção Pedagogia e Educação).

- FERREIRA, N. S. de A. As Pesquisas Denominadas “Estados da Arte”. *Educação & Sociedade*, São Paulo, ano XXIII, n. 79, agosto 2002. p. 257 – 272.
- FIGARI, G. *Avaliar: que referencial*. Portugal: Porto Editora, 1996.
- FRANCO, E. *Utopia e realidade: a construção do projeto institucional no ensino superior*. Brasília: Universa - UCB, 1988.
- FRANCO, Maria Laura P. B. *Pressupostos epistemológicos da avaliação educacional*, in SOUSA C.P. *Avaliação do Rendimento Escolar*, 5. ed. Campinas: Papirus, 1995.
- GOERGEN, P. *Universidade: a busca de uma nova identidade*. Campinas: APROPUCC, 1999.
- GUIMARÃES, M. H. de O. *AVALIAÇÃO: impactos sobre o ensino superior*, Belo Horizonte: FUMEC-FACE, 2003.
- HADDAD, S. *Juventude e Escolarização: uma análise da produção de conhecimentos*. Brasília: INEP, 2002. (Série Estado do Conhecimento).
- HADJI, C. *Avaliação Desmistificada*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- HAYDT, R. C. C. *Curso de Didática Geral*. São Paulo: Ática, 1997.
- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IANNONE, L. R. *Reorganização Curricular: caminhos de Intervenção*. Tese de doutorado. Programa Educação e Currículo. São Paulo: PUC/SP, 2002.
- LEITE, D. Avaliação e Tensões: Estado, Universidade e Sociedade na América Latina. *Revista Avaliação – RAIES*, Campinas, v.2, n. (3), p. 7-17. mar. 1997.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1990.
- LOPES, M. F. A. *Duas Faces da Avaliação Institucional no Brasil. O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e o Exame Nacional de Cursos (ENC)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2001.
- MACHADO, N. J. *Avaliação Educacional: das técnicas aos valores*. São Paulo. USP, 1993. (Série Educação para a Cidadania).
- MASETTO, M. Avaliação Institucional: definições e posicionamentos. *Estudos em Avaliação Institucional*, São Paulo, n. 1, p.9-12, jan./jul. 1990.

-
- MASETTO, M. *Didática: a aula como centro*. São Paulo: FTD, 1994.
- PEREIRA, M. A. N. Contribuição à Análise do Relatório do Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior – GERES. *Cadernos da Andes*, Juiz de Fora, n.1, p. 73-82. 1988.
- RASCO, J. F. A. A Autoavaliação Institucional como Processo de Formação do Professorado. In: SOBRINHO, J. Dias; RISTOFF, D. (Orgs.). *Universidade Desconstruída: avaliação institucional e resistência*. Florianópolis: Insular, 2000.
- RIOS, T. A. *Compreender e Ensinar – Por uma docência da melhor qualidade*. São Paulo: Cortez, 2002.
- RISTOFF, D. Avaliação Institucional: pensando princípios. In SOBRINHO, J. Dias; BALZAN, N. (Orgs.). *Avaliação Institucional: teoria e experiência*. São Paulo: Cortez, 1995.
- RISTOFF, D. *Universidade em Foco: Reflexões sobre a Educação Superior*, Florianópolis: Insular, 1999.
- RODRIGUES, P. As três “Lógicas” da Avaliação de Dispositivos Educativos. In: *Para uma Fundamentação da avaliação em Educação*. Portugal: Edições Colibri, 1995. (Coleção Pedagogia e Educação).
- RODRIGUES, P. A Avaliação Curricular. In: ESTRELA A.; NÓVOA, A. *Avaliação em Educação: novas perspectivas*. Porto: Porto Editora, 1999.
- ROMANELLI, O. R. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- ROSALLES, C. *Avaliar é Reflectir sobre o Ensino*. Lisboa: ASA, 1992. (Coleção Práticas Pedagógicas).
- SANTOS FILHO, J. C. Análise Teórico-Política do Exame Nacional de Cursos. *Revista Avaliação – RAIES*. Campinas, ano 4, v. 4, n. 3 (13), p. 9-24, Set. 1999.
- SANTOS, W. dos. *O provão – para além do discurso oficial: representação do professor e anatomia do modelo*. Tese de Doutorado, Programa Educação: Currículo. PUC SP. São Paulo, 2002.
- SAUL, A. M. *Avaliação Emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científica*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA JUNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. *Novas Faces da Educação Superior no Brasil. Reforma do Estado e Mudança na Produção*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SIMÕES, G. *A Avaliação do Desempenho Docente: contributos para uma análise crítica*. Lisboa: Texto, 2000.

SOARES, M. B. *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento*. Brasília: INEP/Reduc, 1989. (Série Estado do Conhecimento).

SOARES, M. B. *O Estado da Arte em Alfabetização*. Brasília: INEP, 2000. (Série Estado do Conhecimento).

SOBRINHO, J. D. Avaliação Institucional: marcos teóricos e políticos. *Revista Avaliação – RAIES*, Campinas, ano 1, n. 1, p. 15–24. jul. 1996.

SOBRINHO, J. D. Funcionamento e modos sociais da Avaliação Institucional. *Revista Avaliação – RAIES*, Campinas, v. 3, v. 4, n. 2, p.60–69, mar. 1998.

DIAS SOBRINHO, J. Concepção de Universidade e de Avaliação Institucional. *Revista Avaliação – RAIES*, Campinas, V.4, n. 2, p.29–40, jun. 1999.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação Quantitativa e Avaliação Qualitativa: interações e ênfases. In: SGUISSARDI, V. (Org.). *Avaliação Universitária em Questão: reformas do estado e da educação superior*. Campinas: Autores Associados, 1997.

DIAS SOBRINHO, J. D.; BALZAN, N. (Orgs.). *Avaliação Institucional: teoria e experiência*. São Paulo: Cortez, 1995.

SOBRINHO, J. D. *Avaliação Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior*. São Paulo, Cortez 2003a.

SOBRINHO, J. D. *Questões de Avaliação Educacional*. Campinas: Komedi, 2003b. (Coleção Avaliação: construindo o campo e a crítica).

SOBRINHO, J. D.; RISTOFF, D. I. (Org.). *Avaliação e Compromisso Público: a Educação Superior em Debate*. Florianópolis: Insular, 2003c.

SOBRINHO, J. D. Campo e Caminhos da Avaliação: a avaliação da educação brasileira. In: FREITAS, Luiz Carlos de (Org.). *Avaliação: construindo o campo e a crítica*. Florianópolis: Insular, 2002.

SOUZA, C. P. (Org.). *Avaliação do Rendimento Escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

SPOSITO M. P. *Considerações em Torno do Conhecimento sobre Juventude na Área da Educação*. Brasília: INEP, 1999. (Série Estado do Conhecimento).

STEIN, M. das G. D. F. *Avaliação Institucional: Um estudo feito em três Instituições de Ensino Superior*. Dissertação de Mestrado. Educação. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2001.

TRINDADE, H. *Universidade em Ruínas: na república dos professores*. Petrópolis, RJ: Vozes, Rio Grande do Sul, 1999.

TUBINO, M. J. G. *Universidade Qualidade e Avaliação*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

ANEXOS

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

2025

ANEXO 1

QUESTIONÁRIOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (ALUNOS)

Questões de Ensino-aprendizagem para avaliação de **cada disciplina/professor**

Nunca/ Insuficiente	Raramente/ Regular	Às Vezes/ Médio	Quase Sempre/ Bom	Sempre/ Excelente
1	2	3	4	5

1.	O professor apresentou suas propostas de trabalho (plano da disciplina, contrato pedagógico, competências a serem desenvolvidas) de maneira clara e objetiva?
2.	O professor apresentou devolutivas/feedback em relação ao seu desempenho nas aulas e nas avaliações?
3.	As aulas foram bem-organizadas e planejadas?
4.	Você recebeu do seu professor orientações sobre os trabalhos e atividades propostas?
5.	O professor estimula o interesse pela aprendizagem?
6.	A disciplina proporciona atividades extraclasse que complementam a formação e favorecem a aprendizagem?
7.	O professor utiliza de forma produtiva o tempo total das aulas?
8.	O professor tem pontualidade no início e no término das aulas?
9.	O professor demonstra conhecer e manter-se atualizado em relação ao conteúdo que leciona?

Questões referentes à avaliação do Coordenador do Curso (**uma única avaliação por aluno**)

Nunca/ Insuficiente	Raramente/ Regular	Às Vezes/ Médio	Quase Sempre/ Bom	Sempre/ Excelente
1	2	3	4	5

10.	O Coordenador divulga todas as informações sobre o curso?
11.	O Coordenador se apresenta como mediador, quando requisitado/necessário, cada vez que surge uma situação de conflito interpessoal no curso?
12.	O Coordenador, quando solicitado, te orienta quando você manifesta dificuldades de aprendizagem?
13.	O Coordenador acompanha a resolução de seus problemas de aprendizagem?

Questões referentes à autoavaliação (uma única avaliação por aluno)

Nunca/ Insuficiente	Raramente/ Regular	Às Vezes/ Médio	Quase Sempre/ Bom	Sempre/ Excelente
1	2	3	4	5

14.	Como você percebe a qualidade geral do curso?
15.	Eu sou assíduo e pontual do início ao fim das aulas?
16.	Eu procuro conhecer os programas das disciplinas que estou cursando?
17.	Eu participo ativamente das aulas e sou assíduo às aulas?
18.	Eu sou pontual na entrega das atividades acadêmicas das disciplinas que estou cursando?
19.	Eu tenho iniciativa em participar de palestras, cursos e seminários buscando meu aperfeiçoamento profissional?
20.	Eu procuro saber a respeito do que o mercado de trabalho espera da minha profissão?
21.	Eu contribuo para a melhoria do meu curso e da Unipinhal?
22.	Eu me dedico ao estudo além da época de provas?
23.	Eu consulto a bibliografia básica dos planos de ensino para aprofundar meu conhecimento?
24.	Eu me interesso em participar dos projetos de iniciação científica e/ou projetos do curso?
25.	Eu sou proativo na busca de informações complementares para melhorar meu rendimento acadêmico?

Questões referentes à avaliação da Infraestrutura (uma única avaliação por aluno)

Nunca/ Insuficiente	Raramente/ Regular	Às Vezes/ Médio	Quase Sempre/ Bom	Sempre/ Excelente
1	2	3	4	5

26.	As salas de aula (espaço físico, iluminação, ventilação, mobiliário) são adequadas?
27.	Os laboratórios de informática (espaço físico, iluminação, ventilação) são adequados?
28.	A quantidade de equipamentos de informática atende às necessidades do curso?
29.	A qualidade dos equipamentos de informática atende às necessidades do curso?
30.	Os laboratórios específicos (espaço físico, iluminação, ventilação) são adequados?
31.	A quantidade de equipamentos atende às necessidades do curso?
32.	A qualidade dos equipamentos atende às necessidades do curso?
33.	A Biblioteca (espaço físico, iluminação, ventilação, mobiliário) é adequada ao curso?
34.	A quantidade e a qualidade dos livros e periódicos atende às necessidades do curso?
35.	A Biblioteca fornece um bom atendimento?
36.	A Secretaria Geral fornece um bom atendimento?
37.	O Departamento Financeiro fornece um bom atendimento?
38.	A Central de Atendimento ao Aluno (CAA) fornece um bom atendimento?
39.	A Reitoria e a Pró-Reitoria fornecem um bom atendimento?
40.	As condições de limpeza e manutenção do campus são adequadas?
41.	As condições de segurança no campus são adequadas?
42.	A disponibilidade de recursos audiovisuais e multimídia no Unipinhal é, em geral, adequada?
43.	O sistema acadêmico (consulta sobre faltas, notas, entre outras informações) é eficiente e atende às suas necessidades?
44.	Como você percebe a imagem da UNIPINHAL na comunidade?

ANEXO 2

QUESTIONÁRIOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (DOCENTES)

Questões referentes à avaliação de Ensino-aprendizagem
(uma única avaliação por docente)

Nunca/ Insuficiente	Raramente/ Regular	Às Vezes/ Médio	Quase Sempre/ Bom	Sempre/ Excelente
1	2	3	4	5

1.	Você apresentou suas propostas de trabalho (plano da disciplina, contrato pedagógico, competências a serem desenvolvidas) de maneira clara e objetiva?
2.	Você apresentou devolutivas/feedback em relação ao seu desempenho nas aulas e nas avaliações?
3.	As aulas foram bem-organizadas e planejadas?
4.	Você deu orientações sobre os trabalhos e atividades propostas?
5.	Você estimula o interesse à aprendizagem dos alunos?
6.	Você proporciona atividades extraclasse que complementam a formação e favorecem a aprendizagem dos alunos?

Questões referentes à avaliação da Infraestrutura
(uma única avaliação por docente)

Nunca/ Insuficiente	Raramente/ Regular	Às Vezes/ Médio	Quase Sempre/ Bom	Sempre/ Excelente
1	2	3	4	5

7.	As salas de aula (espaço físico, iluminação, ventilação, mobiliário) são adequadas?
8.	Os laboratórios de informática (espaço físico, iluminação, ventilação) são adequados?
9.	A quantidade de equipamentos de informática atende às necessidades do curso?
10.	A qualidade dos equipamentos de informática atende às necessidades do curso?
11.	Os laboratórios específicos (espaço físico, iluminação, ventilação) são

	adequados?
12.	A quantidade de equipamentos atende às necessidades do curso?
13.	A qualidade dos equipamentos atende às necessidades do curso?
14.	A Biblioteca (espaço físico, iluminação, ventilação, mobiliário) é adequada ao curso?
15.	A quantidade e a qualidade dos livros e periódicos atende às necessidades do curso?
16.	A Biblioteca fornece um bom atendimento?
17.	A Secretaria Geral fornece um bom atendimento?
18.	O Departamento Financeiro fornece um bom atendimento?
19.	A Central de Atendimento ao Aluno (CAA) fornece um bom atendimento?
20.	A Reitoria e a Pró-Reitoria fornecem um bom atendimento?
21.	As condições de limpeza e manutenção do campus são adequadas?
22.	As condições de segurança no campus são adequadas?
23.	A disponibilidade de recursos audiovisuais e multimídia na Unipinhal é, em geral, adequada?
24.	O sistema acadêmico (consulta sobre faltas, notas, entre outras informações) é eficiente e atende às suas necessidades?
25.	Como você percebe a imagem da UNIPINHAL na comunidade?

ANEXO 3

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS E DEMAIS FUNCIONÁRIOS

Avalie os itens seguintes de acordo com os conceitos:

Nunca/ Insuficiente	Raramente/ Regular	Às Vezes/ Médio	Quase Sempre/ Bom	Sempre/ Excelente
1	2	3	4	5

1. Quanto ao setor onde trabalha:

		5	4	3	2	1
a)	Conhecimento das atividades afins do setor					
b)	Conhecimento das suas funções dentro do setor					
c)	Conhecimento da importância do seu trabalho para as atividades afins do setor					
d)	Relacionamento com a chefia imediata					
e)	Relacionamento com os demais colegas do setor					
f)	Liberdade de se expressar dentro do setor em que trabalha					
g)	Adequação de sua formação profissional ao exercício de seu trabalho					
h)	Participação em reuniões para planejar e avaliar as atividades do setor					
i)	Comunicação no setor					
j)	Quantitativo de recursos humanos no setor					
k) Condições de trabalho	Ventilação					
	Iluminação					
	Mobiliário					
	Limpeza					
	Equipamentos e recursos tecnológicos					
	Material de consumo					
	Instalações Sanitárias					

Descreva os pontos fortes do setor onde trabalha	Descreva as fragilidades do setor onde trabalha

2. Quanto à Instituição:

Nunca/ Insuficiente	Raramente/ Regular	Às Vezes/ Médio	Quase Sempre/ Bom	Sempre/ Excelente
1	2	3	4	5

	5	4	3	2	1
a) Gestão do UNIPINHAL					
b) Comunicação interna					
c) Políticas de capacitação de pessoal					
d) Contribuição das situações vivenciadas na Instituição para a satisfação pessoal e profissional					
e) Agilidade e qualidade na solução de processos administrativos (pagamento de salários, benefícios, licenças, compras...)					
f) Adequação da atual estrutura administrativa ao funcionamento do UNIPINHAL					
g) Cumprimento pelo UNIPINHAL da sua Missão					
h) Atendimento aos objetivos do UNIPINHAL pelo PDI					
i) Plano de carreira para funcionários					
j) Preocupação com a valorização humana de seus funcionários					

Descreva os pontos fortes da Instituição	Descreva as fragilidades da Instituição

3. Quanto às condições de trabalho e infra-estrutura:

Nunca/ Insuficiente	Raramente/ Regular	Às Vezes/ Médio	Quase Sempre/ Bom	Sempre/ Excelente
1	2	3	4	5

			5	4	3	2	1
a) Serviços	Xerox	Atendimento					
		Horário de funcionamento					
		Quantidade de equipamentos					
		Manutenção					
		Cordialidade					
	Segurança	Quantidade de funcionários					
		Cordialidade					
		Qualidade					
		Horário em que o serviço é realizado					
		Prevenção de acidentes					

Descreva os pontos fortes das condições de trabalho e infra-estrutura	Descreva as fragilidades às condições de trabalho e infra-estrutura

Nunca/ Insuficiente	Raramente/ Regular	Às Vezes/ Médio	Quase Sempre/ Bom	Sempre/ Excelente
1	2	3	4	5

39

5. Relacionamento com a comunidade acadêmica:

Nunca/ Insuficiente	Raramente/ Regular	Às Vezes/ Médio	Quase Sempre/ Bom	Sempre/ Excelente
1	2	3	4	5

	5	4	3	2	1
a) Alunos					
b) Docentes					
c) Centro Acadêmico					
d) Coordenadores e Dirigentes					
e) Técnico-administrativos de outro setor					
f) Técnico-administrativos do mesmo setor					

Descreva os pontos quanto ao relacionamento com a comunidade acadêmica	Descreva os pontos quanto ao relacionamento com a comunidade acadêmica

6. Utilize este espaço para comentários, críticas e sugestões que a curto, médio e longo prazo poderiam melhorar a qualidade de seu ambiente de trabalho e as condições operacionais na UNIPINHAL:

ANEXO 4

Proposta de instrumento de avaliação para EaD (para quando a IES oferecer)

- Categoria 1: professor e tutor
- Categoria 2: material didático/aprendizado
- Categoria 3: suporte institucional

CATEGORIA 1

Nunca/ Insuficiente	Raramente/ Regular	Às Vezes/ Médio	Quase Sempre/ Bom	Sempre/ Excelente
1	2	3	4	5

QUESTÕES	1	2	3	4	5
1. Habilidade do professor/tutor como facilitador da aprendizagem					
2. Domínio do conteúdo/qualidade e clareza nos esclarecimentos para realização das atividades					
3. Agilidade em responder fóruns e mensagens					
4. Qualidade do corpo docente em relação ao domínio do conteúdo					
5. Interação entre aluno e professor/aluno e tutor					
6. Facilidade de acesso					

CATEGORIA 2

Nunca/ Insuficiente	Raramente/ Regular	Às Vezes/ Médio	Quase Sempre/ Bom	Sempre/ Excelente
1	2	3	4	5

QUESTÕES	1	2	3	4	5
1. Qualidade do conteúdo/material didático					
2. Compreensão do conteúdo, habilidade do professor/tutor em mediar a aprendizagem durante o encontro virtual					

3. Coerência entre o conteúdo e a avaliação final da disciplina e do conteúdo com as atividades avaliativas on line					
4. Organização curricular/didático-pedagógica					
5. Suporte para estágio e TCC					
6. Oferecimento de atividades relacionadas à pesquisa e extensão					
7. Adequação do conteúdo e tempo destinado à disciplina					

CATEGORIA 3

Nunca/ Insuficiente	Raramente/ Regular	Às Vezes/ Médio	Quase Sempre/ Bom	Sempre/ Excelente
1	2	3	4	5

QUESTÕES	1	2	3	4	5
1. Convênios e acordos com instituições					
2. Instalações gerais da biblioteca (estrutura)					
3. Laboratórios específicos (estrutura e qualidade de equipamentos)					
4. Laboratórios de informática (estrutura e qualidade de equipamentos)					
5. Qualidade do acervo da biblioteca virtual					
6. Eficiência do sistema acadêmico (secretaria)					
7. Condições de telecomunicações para interação de professor/tutor/aluno					
8. Infraestrutura física (salas, sanitários, salas tutor/professor)					
9. Prontidão no atendimento ao aluno/tutor/professor de EaD					
10. Ouvidoria (respostas às demandas)					

11. Praças de esporte e áreas de convivência					
12. Orientação e acompanhamento do aluno do EaD na solução dos problemas apresentados					
13. Política de bolsas de estudo					